



Texto para Discussão 005 | 2013

Discussion Paper 005 | 2013

A dinâmica dos Recursos Naturais no Mercosul na década de 2000: “efeito China”, estrutura produtiva, comércio e investimento estrangeiro

Eduardo Costa Pinto

Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

This paper can be downloaded without charge from <http://www.ie.ufrj.br/>

A dinâmica dos Recursos Naturais no Mercosul na década de 2000: “efeito China”, estrutura produtiva, comércio e investimento estrangeiro¹

Maio, 2013

Eduardo Costa Pinto

Professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Eduardo.pinto@ie.ufrj.br

Resumo

Este capítulo tem como objetivo analisar a evolução recente do setor de recursos naturais (valor agregado, exportações e investimento estrangeiro) nas economias dos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), buscando identificar a relação entre a trajetória do setor, as transformações da economia mundial – decorrentes do “efeito China” – e o novo papel desempenhado pelos chineses na região.

Keywords: 1) Recursos Naturais; 2) Mercosul; 3) Efeito China; 4) Estrutura produtiva; 5) Investimento estrangeiro.

JEL Classification: Q00; N56; N16.

¹ Este texto será publicado na forma de capítulo de livro (denominado: La explotación de recursos naturales en América Latina y sus impactos sobre el desarrollo) editado pela Red Mecosur de Investigaciones Económicas (<http://www.redmercosur.org>) sob coordenação de Ramiro Albrieu, Andrés López y Guillermo Rozenwurcel.

1 Introdução

Depois de quase vinte anos de crescimento econômico baixo, os países membros permanentes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), conseguiram, na década de 2000, reduzir de forma significativa sua vulnerabilidade externa e manter maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mesmo após a crise internacional de 2008.

Os melhores resultados econômicos e sociais da região foram impulsionados (de forma direta e indireta) pelas mudanças estruturais na economia mundial decorrentes da ascensão da China que passou a funcionar como a locomotiva do crescimento mundial, mudando de forma profunda a divisão internacional da produção e do trabalho criando, com isso, novas tendências estruturais para a economia mundial.

Essa nova dinâmica econômica dos países do Mercosul, em boa medida, esteve articulada, por um lado, à elevação da participação das atividades baseadas em recursos naturais (alimentos, energia, minérios, etc.) na agregação de valor e, sobretudo, nas exportações desses países; e, por outro, ao crescimento do investimento estrangeiro na região, especialmente o chinês, voltado à produção de matérias primas (petróleo, gás, mineração e a agricultura).

O incremento na participação dos recursos naturais na riqueza produzida vem suscitando um amplo debate na região a respeito da relação entre a elevação dessa participação e o crescimento econômico recente. Mais especificamente, a contenda gira em torno da seguinte questão: a estratégia de desenvolvimento dos países do Mercosul para os próximos anos deveria ser baseada na expansão da cadeia de valor de recursos naturais ou na diversificação da estrutura produtiva por meio da ampliação da industrialização.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo analisar a evolução recente do setor de recursos naturais (valor agregado, exportações e investimento estrangeiro) nas economias argentina, brasileira, paraguaia e uruguaia, buscando identificar a relação entre a evolução recente do setor e as transformações da economia mundial decorrentes do “efeito China”.

Além desta introdução, este capítulo divide-se em mais seis seções. Na segunda, apresenta-se a linha geral do debate teórico sobre a relação entre crescimento econômico e recursos naturais, buscando destacar os novos elementos históricos desse antigo debate. Na seção 3, busca-se identificar quais foram os impactos (positivos e negativos) das transformações da economia mundial – proveniente do “efeito China” – para os países do Mercosul, mostrando como eles conseguiram aproveitar esse contexto para reduzir a vulnerabilidade externa e para aumentar suas taxas de crescimento. Na seção 4, pretende-se mostrar como a elevação do crescimento do PIB recente da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai esteve associada ao aumento da participação dos recursos naturais na agregação de valor e, especialmente, nas exportações desses países. Na seção 5, enseja-se analisar os impactos do investimento estrangeiro (direto, aquisições e fusões e empréstimos, mais especificamente o direto, sobre a dinâmica setorial recente dos recursos naturais nos países do Mercosul, buscando destacar o papel desempenhado pela China na região. Por fim, na seção 6, procura-se alinhar algumas ideias a título de conclusão.

As informações do comércio dos quatro países do Mercosul foram obtidas na base de dados do Comtrade/ONU. Quanto aos valores agregados por atividades econômicas da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, os dados foram coletados na Cepal, para maior nível de agregação, e nos seus respectivos institutos oficiais de estatísticas para níveis mais detalhados (Instituto Nacional de Estadística y Censos/INDEC da Argentina; [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE](#) do Brasil; Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos/DGEEC do Paraguai; Instituto Nacional de Estadística/INE do Uruguai). As informações dos investimentos estrangeiros diretos foram obtidas na UNCTAD e na The Heritage Foundation, que realiza um acompanhamento sistemático dos investimentos chineses no mundo. Cabe observar ainda que os dados ao longo do texto, notadamente na seção 3, que não tenham sua fonte apresentada são originados da base de informações da Cepal.

2. Dimensões teóricas sobre crescimento econômico e recursos naturais: novos elementos de um debate antigo sobre o papel da estrutura produtiva

O papel desempenhado pela estrutura produtiva para a trajetória de desenvolvimento econômico de um país é alvo de longo debate na teoria econômica, desde sua origem. Qual estratégia deveria ser adotada por um país para obter o desenvolvimento: especializar-se em poucos setores no qual o país tem vantagens comparativas ou buscar alternativas para industrialização diversificada?

O avanço da teoria neoclássica, sob forte influência da teoria ricardiana das vantagens comparativas, ao longo do século XIX deixou esse debate submerso, pois para a mesma o crescimento econômico poderia ser obtido por meio da especialização produtiva em poucas atividades na qual o país tem vantagens comparativas. Não importando assim o setor (indústria, agricultura e serviços) no qual é produzido mais valor adicionado (SQUEFF & PINTO & YANNICK, 2012).

Essa discussão a respeito do papel da estrutura produtiva (mais ou menos diversificada) voltou à cena com o advento da “teoria do desenvolvimento”, no pós Segunda Guerra Mundial, que passou a questionar as supostas vantagens da especialização produtiva em recursos naturais adotadas pelos países subdesenvolvidos. Teoria esta que na América Latina ganhou uma roupagem particular a partir dos estudos estruturalistas desenvolvidos no âmbito da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) (BIELSCHOWSKY, 2000).

Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, os teóricos do desenvolvimento foram construindo eixos críticos à especialização produtiva em recursos naturais. O primeiro deles é a conhecida hipótese, desenvolvida por Prebisch-Singer, de tendência secular de deterioração dos preços dos produtos primários (baseados em recursos naturais) em relação aos preços dos manufaturados. Hipótese esta derivada da observação de que os produtos primários apresentam menor elasticidade-renda em comparação com os produtos industriais. Nesse sentido, os países que se especializam em produtos primários enfrentariam problemas derivados (i) dos baixos benefícios do crescimento da renda mundial, em virtude da sua menor elasticidade-renda; (ii) da expansão mais lenta

da demanda desse tipo de produto em decorrência da dinâmica tecnologia poupadora de matérias primas; e (iii) da reduzida capacidade de progresso tecnológico do setor de recursos naturais (PREBISCH, 2000a, 2000b; MARIN & ALEMAN & PEREZ, 2009; LOPEZ, 2012).

O segundo eixo crítico à especialização em recursos naturais assentava-se no argumento de que esse tipo de produto apresenta maior instabilidade em seus preços de exportação, implicando numa maior vulnerabilidade externa para países que dependiam desse tipo de exportações. Em outras palavras, as mudanças bruscas nos preços internacionais afetavam de forma significativa as receitas fiscais, a taxa de câmbio e os investimentos. Por fim, o terceiro eixo de estudos criticava a forma de exploração de recursos naturais, destinados as exportações, nos países subdesenvolvidos que se configurou por meio de enclaves controlados por empresas multinacionais. Esse tipo de atividade tinha pouco impacto na geração de emprego e no progresso técnico (devido ao seu baixo encadeamento tanto a montante como a jusante) e ainda, boa parte, da riqueza gerada localmente era repatriada para o país de origem da multinacional (PREBISCH, 2000a, 2000b; RODRIGUEZ, 2009; BUSATO, 2012; MARIN & ALEMAN & PEREZ, 2009).

A partir dessas críticas, os teóricos do desenvolvimento passaram a defender a diversificação da estrutura produtiva, pautada na indústria, como elemento central para alavancar o desenvolvimento. Nesse sentido, Kaldor (1989), destacado teórico dessa perspectiva, argumentava que a produção de produtos industriais apresenta rendimentos crescentes de escala, ao passo que a produção baseada em recursos naturais (agricultura, energia e mineração) apresenta rendimentos decrescentes. Com essa constatação, ele afirmou que existe: 1) uma relação entre o crescimento da produção industrial e a expansão do PIB; 2) uma correlação positiva entre o crescimento da produção da indústria e a produtividade em virtude dos rendimentos estáticos e dinâmicos de escala (lei de Kaldor-Verdoorn); 3) um transbordamento tecnológico do setor industrial para os outros setores, gerando assim uma elevação geral de produtividade em todos os setores; e 4) uma redução da vulnerabilidade externa com o avanço da industrialização, pois isso provoca transformações na pauta do comércio internacional por meio tanto da expansão da exportação de produtos manufaturados, que possuem uma elasticidade-renda maior, como da redução das importações de produtos industriais.

O debate sobre o papel desempenhado pela estrutura produtiva para o crescimento foi revigorado, desde os anos 1990, a partir de vários estudos empíricos (SACHS & WRNER, 1995 e 1997; ROWTHORN & RAMASWAMY, 1997 e 1999, entre outros) que mostraram uma associação negativa entre especialização/concentração e crescimento econômico, denominada de doença holandesa. Nessa perspectiva, a expansão das exportações dos recursos naturais provoca a apreciação da taxa de câmbio que, por sua vez, provoca uma retração no setor de bens industriais e, conseqüentemente uma redução no crescimento. Noutra linha, surgiram também estudos empíricos (LEDERMAN & MALONEY, 2008; entre outros) que passaram a questionar a associação negativa entre especialização de recursos naturais e crescimento econômico.

A partir de uma ampla resenha dos estudos empíricos sobre o tema, Lopez (2012) afirmou que ainda faltam mais trabalhos empíricos para jogar luz ao debates, pois os atuais possuem uma grande diversidade metodologia o que impede a comparação entre os estudos.

Independente da solução de controvérsia desse debate, é inegável que as transformação produtivas e organizacionais, iniciadas na década de 1980, possibilitaram a incorporação de uma maior dinâmica tecnológica nas atividades produtivas baseadas em recursos naturais. Transformações estas associadas às novas formas de gestão do trabalho, aos padrões de automação informatizada (base microeletrônica) e da teleinformática e à organização da indústria, tal como a cadeia de produção global que, na verdade, funciona como um sistema complexo de valor adicionado em que cada produtor adquire insumos e adiciona valor ao bem intermediário na forma de lucros e remuneração ao trabalho, que, por sua vez, irão compor os custos do próximo estágio de produção. Além dessa divisão organizada da produção, que facilita sua fragmentação, existem relações específicas entre as corporações envolvidas nesse arranjo produtivo (STURGEON, 2002; WHITTAKER *et. al*, 2010). Cabe observar que as corporações, localizadas espacialmente, que compõem as cadeias globais de valor estão em constante processo de cooperação e conflito em sua busca pela maior fatia do valor adicionado em relação ao valor agregado global gerado na cadeia. Essa maior ou menor captura do valor das corporações é o resultado de suas posições diferenciadas nas cadeias globais de valor que dependem da sua posição na estrutura da produção e distribuição dessa rede, em outras palavras depende de que tipo de processo (montagem, extrativismo,

desenvolvimento tecnológico, serviços de alta densidade tecnológica, suprimentos, desenvolvimento de marca, etc.) que essas corporações efetuam.

Para Perez (2010), as transformações do processo produtivo, ao longo dos anos 1980 e 1990, provocaram uma hiper-segmentação em três áreas chaves, a saber: i) as cadeias globais de valor; ii) os mercados globais; e iii) a capacidade tecnológica. Com isso, cada uma “de estas áreas se convierte en una red compleja con componentes diferenciados. El resultado se puede caracterizar como una ‘descentralización integrada’ o una ‘componentización sistémica’, donde cada componente tiene un nivel muy alto de autonomía dentro de una estructura interfuncional e interactiva” (PEREZ, 2010, p. 127).

Essa hiper-segmentação permitiu que as atividades baseadas em recursos naturais, especificamente suas cadeias globais de valor (e suas conexões a montante e a jusante), incorporassem um amplo conjunto de atividades (máquinas e equipamentos, serviços de alta densidade tecnológica, etc.) que gera uma maior dinâmica tecnológica. A exploração de petróleo em águas profundas no Brasil e o desenvolvimento tecnológico recente da agricultura na Argentina são exemplos da capacidade de desenvolvimento tecnológico em cadeias globais de valor baseada em recursos naturais. Marian & Aleman & Peres (2009) deixam isso muito claro ao afirmar que essas atividades econômicas hoje envolvem um conjunto complexo de interações e processos que pode ser compreendido a partir de dois elementos, a saber:

[...] The first is that when analysing the potential contribution to development the unit of analysis can no longer be the NR-based firms or the narrowly defined NR-based value chain or *Filière*. The unit of analysis should be the NR-based *network*, including upstream, downstream and *lateral* linkages to the different value chains that comprise them, including the Knowledge Intensive Business Services (KIBS) that support them. This is not to say that innovations at the level of the firm or industry will be ignored but this paper will argue that the best opportunities for technological dynamism are to be originated by good quality interfirm linkages within the NR-based network [...]. The second issue is that we will gain little by analysing any of the activities within this complex network in isolation. In particular, innovation in this network involves several actors i.e. not only by the actors responsible for the production of NRs, but equally the many agents

in charge of processing the NRs, the providers of equipment and R&D, the providers of packaging, etc. A systematic view is necessary therefore to explore the potential contribution of each particular NR to development. And that is also the necessary approach when envisaging a strategy of learning and growth based on them.

Nesse sentido, a questão a ser discutida para o debate do desenvolvimento nos países do Mercosul não é se as cadeias globais de valor baseadas em recursos naturais têm capacidades de gerar ou não desenvolvimento tecnológico, mas sim se elas têm capacidades para dinamizar as economias desses países (dadas as dimensões geográficas e populacionais) e se, principalmente, a apropriação do valor que fica para os produtores locais (na forma de lucro e remuneração do trabalho) possibilita a ampliação do emprego, da renda e, sobretudo, do progresso técnico nos espaços nacionais.

Aqui sim o debate precisa ser mais bem clarificado, pois sim as cadeias globais de valor baseadas em recursos naturais têm hoje capacidade de desenvolver progresso técnico, no entanto isso não significa que esse processo se desenvolva nos espaços nacionais onde é realizada a exploração de recursos naturais, pois a maior parte dos benefícios do desenvolvimento tecnológico pode ser apropriada por diferentes elos da cadeia global de valor localizados em espaços externos. Podem ocorrer situações em que os países ocupem posições inferiores na captura de valor associado apenas ao processo primário de exploração de recursos naturais sem que consiga incorporar todo o potencial tecnológico que a cadeia de valor permite. Só com a endogenização do progresso tecnológico (ou de parte significativa dela nos termos atuais), como alertou Furtado (1968, 1986), é possível, ao mesmo tempo, ampliar a acumulação de capital e modificar o perfil da demanda, possibilitando elevações na produtividade do sistema econômico e, conseqüentemente, ganhos salariais para o conjunto da população.

Para que os ganhos potenciais das atividades baseadas em recursos naturais realizadas nos países do Mercosul sejam aproveitados é preciso produzir parte considerável das máquinas, insumos, sementes, biotecnologia e serviços de alta tecnologia vinculados a essas cadeias globais de valor. Essas “[...] atividades baseadas em recursos naturais não podem ser meros enclaves de onde saem as matérias-primas sem deixar rastro de emprego, progresso técnico e bem-estar social” (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 740)

Por fim, cabe destacar que o retorno do debate a respeito do papel desempenhado pelos recursos naturais para o desenvolvimento da região está vinculado às questões da tecnologia atual (possibilidade de incorporar maior conteúdo tecnológico as atividades baseadas em recursos naturais) e de preços relativos (aumento e manutenção dos preços internacionais das *commodities* articulado a uma estabilização ou baixo crescimento dos preços das manufaturas). Este último fator só consegue ser apreendido a partir a ascensão da China na economia mundial nos anos 2000.

3. Efeito China e impactos para o Mercosul: novas tendências estruturais da economia mundial e maior crescimento do PIB na região

A primeira década do século XXI foi marcada pela configuração de uma nova divisão internacional da produção e do trabalho em que a China passou a ter papel de destaque, tornando-se a “fábrica do mundo” e um dos principais importadores de recursos naturais do mundo, especialmente da África, da América Latina e dos países asiático em desenvolvimento. Essa nova configuração internacional vem criando novas tendências estruturais da economia mundial.

Boa parte dessas transformações internacionais foi decorrente do efeito direto e indireto do crescimento do PIB chinês (aproximadamente 10% ao ano entre 1980 e 2010). Com isso, a economia da China, ao longo dos anos 2000, passou a deter uma participação maior no PIB global (que saltou de 3,7% em 2000 para 9,3% em 2010) e se tornou a segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos; bem como passou a contribuir cada vez mais para o crescimento mundial, especialmente após a crise internacional de 2008 (de 8,4% entre 1991-2000 em média para 15,2% entre 2001-2010 em média; e de cerca de 19% em 2010) (ACIOLY & PINTO & CINTRA, 2011).

Medeiros (2006) deixou muito claro o novo papel econômico desempenhado pela China que passou a funcionar como um “duplo pólo”. De um lado, tornou-se o principal produtor e exportador mundial de produtos da Tecnologia da Informação e de bens de consumo intensivo em mão de obra. Com isso, transformou-se num exportador líquido para os Estados Unidos, o Japão e alguns países europeus. Do outro lado, tornou-se grande demandador da produção mundial de máquinas e equipamentos, de produtos de alta tecnologia e de matérias primas (petróleo, minerais, produtos agrícolas etc.). Assim, transformou-se num importador líquido para a Ásia e num dos principais destinos das exportações da África e da América Latina.

O papel de duplo pólo desempenha pela China na economia internacional vem provocando significativas transformações estruturais que, segundo Castro (2011), Pinto (2011) e Pinto & Balanco (2012), podem ser elencadas em quatro tendências: 1) Elevação e manutenção dos preços internacionais das *commodities* fruto da demanda chinesa (efeitos direto e indireto) e da elevação dos custos de produção desses produtos;

2) Estabilização ou baixo crescimento do nível de preços das manufaturas em virtude da pressão competitiva da produção industrial da China. Produção esta que combina salários baixos, economias de escala e de escopo e novas formas de organização e gestão da produção - tecnologia frugal, produção modular, etc.; 3) Sustentação dos termos de troca favorável aos países em desenvolvimento, especialmente os africanos e os latino-americanos que exportam *commodities* para a China. Isso relaxou a restrição externa que esses países enfrentam. Esta condição decorre das duas tendências anteriores; e 4) Expansão mundial do consumo de massa em decorrência da mudança de preço relativo entre manufaturas e salários que vem permitindo o acesso aos produtos indústrias a segmentos da população mundial que até então viviam na condição de subsistência. Esta condição decorre das três tendências anteriores

De forma mais específica, essas transformações mundiais provocaram efeitos positivos (particularmente no âmbito das contas externas) para o conjunto dos países do Mercosul, especialmente para os exportadores de *commodities* que a China demanda. A região (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) acumulou expressivo superávit no balanço de pagamentos de US\$ 293,9 bilhões no acumulado entre 2000 e 2010, possibilitando aos países acumular expressivas reservas (de US\$ 62,4 bilhões em 2000 para US\$ 415,5 bilhões em 2011) e, conseqüentemente, reduzir suas vulnerabilidades externas. Esse crescimento expressivo das reservas internacionais foi observado nos quatro países da região².

A dinâmica positiva das contas externas do conjunto de países do Mercosul ao longo dos anos 2000 pode ser dividida em duas etapas. A primeira, entre 2002 e 2007, na qual os superávits na balança comercial (US\$ 287,4 bilhões no acumulado) foram superiores aos déficits estruturais da conta de serviços e renda (US\$ 234,6 bilhões no acumulado), propiciando superávits na conta corrente. A segunda etapa, entre 2009 e 2011, quando os superávits na conta capital e financeira (de US\$ 64,6 bilhões em 2009, de US\$ 104 bilhões em 2009 e de US\$ 115 bilhões em 2009) foram os maiores impulsionadores positivos das contas externas. Essa melhora externa da região foi impulsionada pelo

² Entre 2000 e 2011, as reservas internacionais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai cresceram 82% (de US\$ 25,5 bilhões para US\$ 46,3 bilhões); 958% (de US\$ 33,4 bilhões para US\$ 353,8 bilhões); 637,2% (de US\$ 0,7 bilhão para US\$ 5,0 bilhões); e 270,2% (de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 10,4 bilhões), respectivamente.

“efeito China” (que provocou a elevação da demanda e dos preços internacionais dos recursos naturais que a região exporta), e mais recentemente (pós-crise de 2008) pela ampliação da liquidez internacional (decorrente das políticas monetárias expansionistas dos Estados Unidos) e pela expansão do investimento estrangeiro direto, especialmente o destinado a produção de matérias primas.

Nesse contexto internacional, marcado pelo “efeito China”, verificou-se, entre 2000 e 2011, uma significativa expansão do *quantum* exportado pelos países do Mercosul (de 59,9% na Argentina, de 51,3% no Brasil, de 152% no Paraguai e de 82,2% no Uruguai) e uma forte elevação do valor unitário das exportações dos países da região (de 67,8% na Argentina, de 118,5% no Brasil, de 43,4% no Paraguai e de 71,0% no Uruguai). Pelo lado das importações do Mercosul, verificou-se uma expansão do *quantum* acima das exportações e um crescimento do valor unitário (de 29% na Argentina, de 65,8% no Brasil, de 33% no Paraguai e de 61,8% no Uruguai) bem abaixo do observado nas exportações.

Essa dinâmica do comércio proporcionou uma melhora nos termos de troca dos países do Mercosul entre 2000 e 2011, sobretudo para o comércio argentino e brasileiro (de 32,7% na Argentina, de 35,3% no Brasil, de 7,6% no Paraguai e de 2% no Uruguai), relaxando, portanto, os problemas de restrições externas ao crescimento. Além do que, a depender da sua estrutura produtiva, o aumento das exportações funcionou como importante componente da demanda agregada (FIORI, 2006 e 2011; PINTO & BALANCO, 2012). A melhora nos termos de troca representou um bônus macroeconômico, possibilitando crescimento sem gerar graves desequilíbrios externos e internos.

Além do aumento das exportações, a elevação dos preços das *commodities* exportadas pelos países do Mercosul estimulou o aumento do investimento estrangeiro direto (IED) na região que passou de US\$ 43,6 bilhões em 2000 para US\$ 76,4 bilhões em 2011. A dinâmica do IED será detalhada em seção 5.

A redução da vulnerabilidade externa, associada ao fortalecimento da capacidade fiscal dos países do Mercosul, permitiu a adoção de políticas fiscais expansionistas, centradas em maiores investimentos públicos em infra-estrutura e em maiores gastos em políticas sociais, que proporcionaram elevação da demanda agregada e, conseqüentemente,

maiores taxas de crescimento do PIB articuladas à redução da pobreza extrema. Entre 1990/2001 e 2000/2011, as taxas médias de crescimento do PIB na Argentina, no Brasil, no Paraguai e no Uruguai elevaram-se de 3% para 4,5%, de 1,9% para 3,6%, de 2,1% para 3,1% e de 2,3% para 3,3%, respectivamente.

Essa nova dinâmica socioeconômica dos países do Mercosul na década de 2000 veio acompanhada pelo aumento acelerado da influência econômica (comércio, investimento direto e crédito) chinesa na região em virtude do aumento significativo da participação das exportações e das importações destinadas e originadas da China; e da ampliação do Investimento Direto Externo (IED) chinês no Mercosul, sobretudo na Argentina e no Brasil.

Essa maior presença chinesa gerou impactos diferenciados sobre os países do Mercosul. A partir da classificação de Barbosa (2011), é possível afirmar que a Argentina e o Brasil enfrentam uma relação complexa com o avanço chinês, pois eles são beneficiados pela loteria das *commodities* (demandadas pela China), sobretudo o Brasil; no entanto eles sofrem impactos negativos sobre suas bases industriais decorrente da pressão competitiva das manufaturas importadas da China. Situação esta que piorou ainda mais após a crise internacional em virtude do direcionamento das exportações chinesas para a região com a queda do consumo nos Estados Unidos e na Europa.

O Paraguai e o Uruguai, segundo classificação de Barbosa (2011), fazem parte do grupo de países exportadores de *commodities* que foi pouco beneficiado pela ascensão da China, pois não possui *commodities* fortemente demandada por esse país; mas que também não enfrentam o problema da pressão competitiva das manufaturas oriundas da China, uma vez que possuem pequena base industrial. Apesar do Paraguai e do Uruguai não terem sido beneficiados de forma direta, eles foram impactados positivamente em decorrência da maior dinâmica dos mercados dos seus vizinhos (Argentina e Brasil) e que são importantes destinos das exportações paraguaias e uruguaias.

A manutenção da dinâmica econômica chinesa gerará impactos positivos, no curto ou no médio prazo, para as economias latino-americanas que contam a “loteria das *commodities*”, pois proporciona uma redução da vulnerabilidade externa e um aumento da demanda agregada pela via das exportações. No entanto, essa “mesma mão” (sino) que afaga tende a criar uma dinâmica que “puxa” as economias dos países do Mercosul

para a reprimarização da pauta exportadora e para o aumento da participação dos produtos baseados em recursos naturais na estrutura produtiva, conforme veremos na seção seguinte.

4. Evolução da participação dos recursos naturais na agregação de valor e nas exportações nos países do Mercosul nos anos 2000

A dinâmica econômica dos países do Mercosul na década de 2000 – influenciada pelas alterações da economia mundial – vinculou-se ao aumento de atividades produtivas baseadas em recursos naturais. Boa parte das análises recentes utiliza os dados do comércio exterior para mostrar isso. Pretende-se aqui analisar, além da pauta comercial, a evolução da estrutura produtiva da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai para evidenciar a ampliação desse tipo de atividade econômica.

Para essa análise foi desenvolvida uma classificação própria (Quadro 1) – a partir de adaptações das classificações apresentadas por Kupfer (2001), Rocha & Kupfer (2002) e Pinto (2010) – que agrupa os setores de atividade econômica (pela *International Standard Industrial Classification of all economic activities, ver. 4 – ISIC*) em 6 grandes setores³: Agronegócio e Extrativismo (Intensivo em Recursos Naturais) (AGE); Indústria de *Commodities* (IC) intensiva em capital; Indústria Difusora de Tecnologia (ID); Indústria Tradicional (IT); Construção Civil (CC); Serviços de infra-estrutura (SI); e Outros Serviços (SO). Os dados do comércio exterior também foram classificados por setores de atividade econômica (conforme *ISIC, rev.4*) e agrupados em 6 grandes setores, descritos anteriormente.

³ Para tanto, utilizou-se as classificações de atividades econômicas mais recentes da Argentina (ClANAE 2010), do Brasil (CNAE 2.0), Paraguai (CNAEP 1.0) e do Uruguai (CIU, rev. 4) a dois dígitos que são equivalentes a classificação ISIC versão 4. Com isso, foi possível realizar comparações entre as evoluções da estrutura produtiva desses países. Cabe observar que os dados disponíveis da Argentina, do Paraguai e do Uruguai estavam listados em classificações de atividades anteriores, com isso, fez-se necessário utilizar tabelas de conversão entre as versões anteriores das classificações de atividades e a versão atual.

Quadro 1 -Classificação setorial adotada para os grandes setores

Setores		Seção/Divisão/Grupo	Descrição
AGE	Agronegócio e Extrativismo (Intensivos em Recursos Naturais)	A01,A02,A03	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquíicultura
		B05,B06,B07,B08,B09	Indústrias extrativas
		C10, C11, C12	Fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo
		C16	Fabricação de produtos de madeira
I	IC Indústria de Commodities (Intensivos em Capital)	C17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
		C19	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (álcool e demais)
		C20,21	Fabricação de produtos químicos
		C23,C24,C25	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos e de metal, exceto máquinas e equipamentos, e metalurgia
	ID Indústria Difusora de Tecnologia (Intensiva em Tecnologia)	C26,C27,C28,C33	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
		C29,C30	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias e outros equipamentos de transporte
	IT Indústria Tradicional (Intensiva em mão-de-obra)	C13,C14,C15	Fabricação de produtos têxteis, confecção de artigos do vestuário e acessórios, preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados
		C22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico
		C18, C31,C32	Fabricação de móveis e fabricação de produtos diversos
	CC	Construção Civil	F41,F42,F43
S	SI - Serviços de Infraestrutura	D35, E36,E37,E38,E39	Eletricidade e gás água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
	SO- Outros Serviços	G45,G46,G47,I55,I56	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, alojamento e alimentação
		H49,H50,H51,H52,H53, J58,J59,J60,J61,J62,J63	Transporte, armazenagem, correio, informações e (tele)comunicações
		K64,K65,K66, L68,M69,M70,M71,M72,M73,M74, M75,N77,N78,N79,N80,N81,N82	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades imobiliárias e atividades profissionais, científicas e técnicas e atividades administrativas e serviços complementares
		O84,P85,Q86,Q87,Q88, R90,R91,R92,R93,T97,S94,S95,S96, U99	Serviços comunitários, sociais e pessoais (administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, artes, cultura, esporte e recreação e serviços domésticos, outras atividades de serviços, organismos internacionais e

Fonte: Elaboração própria a partir de Kupfer (2001), Rocha & Kupfer (2002) e de Pinto (2010)

A opção por esta classificação própria deve-se ao fato de que nela é possível observar a evolução da estrutura produtiva nacional e do comércio externo a partir das atividades intensivas em recursos naturais tanto do setor primário como no de transformação, possibilitando ainda comparar as evoluções na estrutura produtiva dos países do Mercosul.

4.1 Argentina: ampliação da participação no valor adicionado e nas exportações das atividades baseadas em recursos naturais

O início dos anos 2000 na Argentina foi marcado por uma profunda crise política e econômica. O PIB despencou por três anos consecutivos (-0,8 em 2000, -4,4 em 2001 e -10,9 em 2002, Tabela 2) atingindo o fundo do poço em 2002, quando a taxa de desemprego aberto alcançou 19,7% da população. O investimento e o consumo das famílias caíram ano após ano, respectivamente, em 6,8% em 2000, 15,7% em 2001 e 36,4% em 2002 e em 0,7 % em 2000, 5,7% em 2001 e 14,4% em 2002.

As políticas de recorte neoliberal (privatizações e estratégias macroeconômicas de câmbio fixo – “sistema de conversibilidade”) – adotadas em todos os países da América Latina – levadas ao extremo na Argentina nos anos 1990 lançaram o país em uma profunda crise econômica, política e social (BUGNA & PORTA, 2008).

A crise, o fim do sistema de conversibilidade em janeiro de 2002 e as políticas de demanda efetiva adotadas pelo governo Nestor Kirchner provocaram fortes modificações nas rentabilidades setoriais, na configuração da demanda e na atividade econômica (crescimento de médio do PIB de 7,8% entre 2003 e 2011, Tabela 1), implicando em mudanças nos preços relativos da economia que se tornaram mais favoráveis a produção doméstica de bens comercializáveis e a utilização de processos intensivos em trabalho (expansão da indústria de transformação de 8,5 % entre 2003 e 2011, Tabela 1).

Tabela 1 - Argentina: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2000-2011 (%)

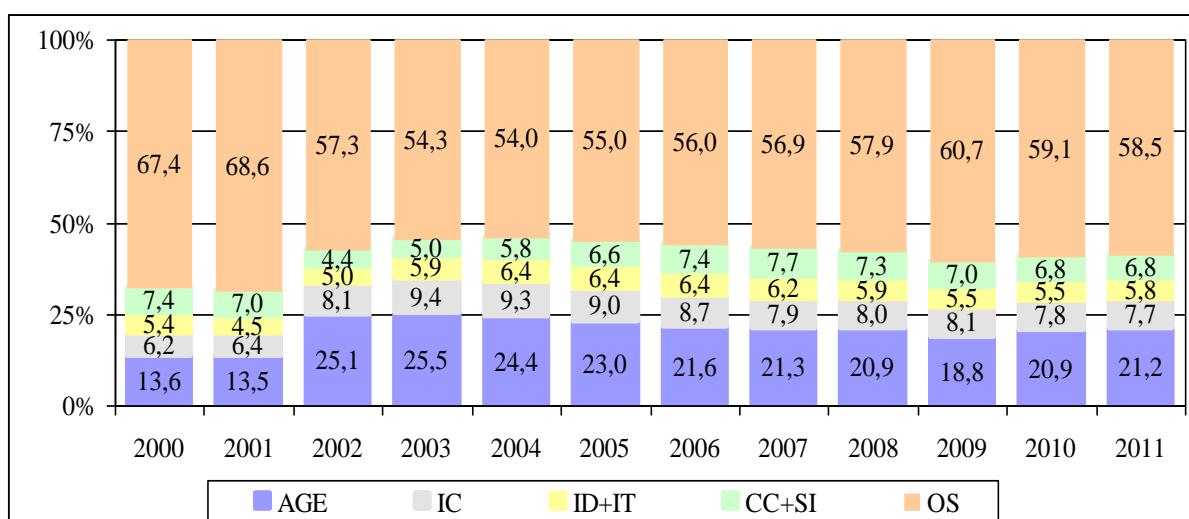
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	-0,8	-4,4	-10,9	8,8	9,0	9,2	8,5	8,7	6,8	0,9	9,2	8,9
Agropecuária	-1,8	1,1	-2,3	6,9	-1,5	11,1	2,6	9,8	-2,5	-15,7	28,0	-2,2
Extrativismo Mineral	6,7	4,7	-3,7	3,7	-0,4	-0,2	3,0	-0,5	1,1	-1,1	-1,5	-3,5
Indústria de Transformação	-3,8	-7,4	-11,0	16,0	12,0	7,5	8,9	7,6	4,5	-0,5	9,8	11,0
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	6,6	1,1	-3,0	6,9	6,5	5,0	5,0	5,7	3,4	0,9	6,2	4,6
Construção	-9,3	-11,6	-33,4	34,4	29,4	20,4	17,9	9,9	3,7	-3,8	5,2	9,1
Serviços	0,5	-4,0	-9,2	4,2	6,8	8,4	8,1	8,7	8,2	3,2	7,6	9,1

Fonte: Cepal

Aqueles novos preços relativos estimularam os referidos setores ao longo dos anos 2000 sem impactar negativamente nos setores baseados em recursos naturais que cada vez mais eram favorecidos pela dinâmica internacional (crescimento da agropecuária de 4,1% entre 2003 e 2011, Tabela 1) e também pela dinâmica interna (BUGNA & PORTA, 2008).

A partir da classificação própria aqui adotada (em 6 grande setores), pode-se observar que, entre 2000 e 2011, as participações do valor adicionado: i) do agronegócio e extrativismo (AGE) cresceu de 13,6% para 21,2%; ii) da indústria de *commodities* (IC) elevou-se de 6,2% para 7,7%; iii) da indústria tradicional e difusora (ID+IT) expandiu-se de 5,4% para 5,8%; iv) da construção e dos serviços de infraestrutura caiu de 7,4% para 6,8%; e v) dos outros serviços reduziu-se de 67,4% para 58,5% (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Argentina: evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de *Commodities*; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INDEC da Argentina

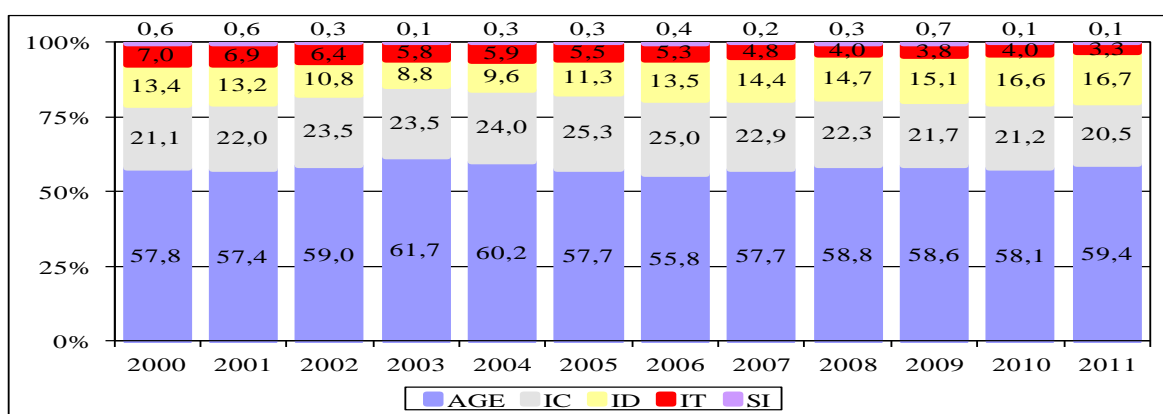
O setor do agronegócio e extrativismo foi o que mais se expandiu entre os grandes setores econômicos da Argentina. Na composição interna desse setor verificou-se, entre

2000 e 2011, uma forte expansão na participação do valor adicionado do sub-setor agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura que passou de 36,6% para 50%, ao passo que os outros três sub-setores perderam participação (de 2,2% para 1,8% para a fabricação de produtos de madeira; de 41,6% para 32,1% para a fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo; e de 19,6% para 16,1% para a indústria extrativa).

Em linhas gerais, pode-se observar, após 2002, uma significativa recuperação da indústria de transformação e ampliação das atividades agropecuárias na Argentina. Quanto às atividades baseadas em recursos naturais verificou-se uma expressiva expansão no valor adicionado, sobretudo das atividades vinculadas ao setor primário (agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura). Essa ampliação da utilização dos recursos naturais evidencia um processo de especialização da estrutura produtiva que se reflete no comércio internacional.

A evolução das exportações argentinas por participação dos grandes setores, entre 2000 e 2011, evidencia o aumento da participação das exportações do agronegócio e extrativismo de 57,8% para 59,4% (Gráfico 2). Nesse ramo, os sub-setores agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura; e fabricação de produtos alimentícios bebidas e fumo foram os maiores exportadores, inclusive ampliaram suas participação, entre 2000 e 2011, de 17,1% para 21,1% e de 27,6% para 32,9%, respectivamente.

Gráfico 2 -Argentina: evolução da participação nas exportações dos grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de *Commodities*; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Comtrade/ONU

Por fim, vale observar que a ampliação das atividades baseadas em recursos naturais na Argentina foi maior na adição de valor do que nas exportações. Isso ocorreu em virtude da forte recuperação do mercado interno que se tornou importante demandador de produtos baseados em recursos naturais, especialmente da indústria de alimentos e bebidas.

4.2 Brasil: manutenção da participação no valor adicionado e ampliação das exportações das atividades baseadas em recursos naturais

A economia brasileira nos anos 2000 vivenciou o seu maior ciclo de expansão das últimas três décadas. Entre 2000 e 2011, o PIB expandiu-se em 3,6% ao ano, quase o dobro do verificado entre 1980 e 1999, e o consumo das famílias e os investimentos aumentaram em 4,4% e 5,9% ao ano, respectivamente, provocando elevação da FBKF em proporção do PIB (16,8% para 19,3%) e forte redução da taxa de desemprego (de 11,3% para 6,7%).

Os resultados macroeconômicos da década evidenciaram dinâmicas diferentes entre 2000-02, 2003-06 e 2007-10. No primeiro período, a economia brasileira foi marcada por um baixo dinamismo do PIB e do emprego e por crises. No segundo período, configurou-se uma nova trajetória de crescimento impulsionado pela dinâmica externa (aumento das exportações e elevação dos investimentos dos setores exportadores) decorrente do “efeito China”. Entre 2007 e 2010, vai se somar à dinâmica externa favorável, a expansão do mercado interno que foi fruto da flexibilização da orientação contracionista da política econômica, possibilitando uma expansão econômica puxada pelos investimentos e pelo consumo das famílias (crescimento médio de 10,5% e de 5,8%, respectivamente). O aumento do salário mínimo e do crédito e a ampliação dos programas de transferência foram os impulsionadores dessa expansão (FILGUEIRAS & PINTO, 2009; PINTO, 2010; PINTO & TEIXEIRA, 2012).

Diferentemente do observado na Argentina, verificou-se no Brasil um processo de apreciação do real, em que a taxa de câmbio passou de 2,9 R\$/US\$, em 2003, para 1,9 R\$/US\$, em 2007, que gerou impactos negativos para a indústria de transformação. Entre 2000 e 2011, ela cresceu apenas 2,5% em média, bem menos do que os outros

setores da economia brasileira (3,5% para a agropecuária; 4,8% para as indústrias extrativas agropecuária; e 3,9% para serviços) (Tabela 2).

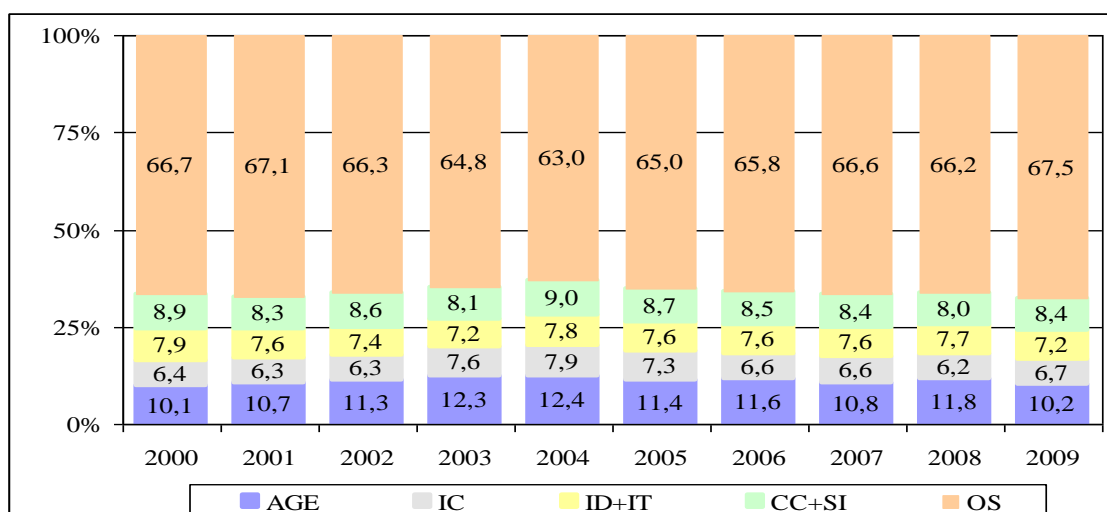
Tabela 2 - Brasil: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2000-2011 (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7
Agropecuária	2,7	6,1	6,6	5,8	2,3	0,3	4,8	4,8	6,3	-3,1	6,3	3,9
Extrativismo Mineral	9,1	2,2	11,6	4,7	4,3	9,3	4,4	3,7	3,5	-3,2	13,6	3,2
Indústria de Transformação	5,7	0,7	2,4	1,9	8,5	1,2	1,0	5,6	3,0	-8,7	10,1	0,1
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	4,2	-6,2	2,9	4,0	8,4	3,0	3,5	5,4	4,5	0,9	8,1	3,8
Construção	2,0	-2,1	-2,2	-3,3	6,6	1,8	4,7	4,9	7,9	-0,7	11,6	3,6
Serviços	3,6	1,9	3,2	0,8	5,0	3,7	4,2	6,1	4,9	2,1	5,5	2,7

Fonte: Cepal

A dinâmica da economia brasileira a partir de 2003 e as modificações da economia internacional não proporcionaram transformações nos grandes ramos produtivos. Utilizando a classificação em 6 grande setores, pode-se observar que, entre 2000 e 2009, as participações do valor adicionado: i) do agronegócio e extrativismo (AGE) elevou-se de 10,1% para 10,2%; ii) da indústria de *commodities* (IC) cresceu de 6,2% para 6,7%; iii) da indústria tradicional e difusora (ID+IT) caiu de 7,9% para 7,2%; iv) da construção e do serviços de infraestrutura caiu de 8,9% para 8,4%; e v) dos outros serviços elevou-se de 66,7% para 67,5% (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Brasil: evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de *Commodities*; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE do Brasil

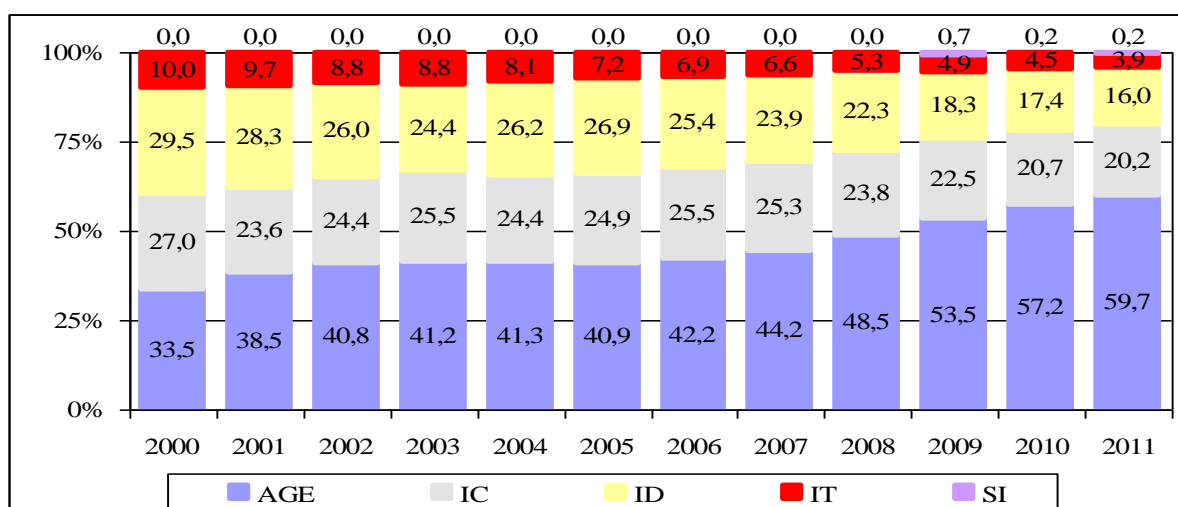
A evolução interna ao setor do agronegócio e extrativismo (AGE) também não mostrou mudanças significativas na composição dos sub-setores. Entre 2000 e 2009, a participação da agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura passou de 55,7% para 55,1%; da fabricação de produtos alimentícios, bebidas e fumo ficou estável em 24,2%; e das indústrias extrativas elevou-se de 15,8% para 17,9%.

Em linhas gerais, podem-se observar pequenas alterações nos grandes setores da economia brasileira. No que tange às atividades econômicas baseadas em recursos naturais verificou-se uma estabilidade na participação no valor adicionado total, mas com aumento expressivo da participação da indústria extrativa, notadamente a extração de minério de ferro.

A despeito disso, a evolução das exportações brasileira por participação dos grandes setores de atividade, entre 2000 e 2011, evidencia um aumento expressivo na participação das exportações baseadas em recursos naturais, já que a participação do ramo do agronegócio e extrativismo saltou de 33,5% para 59,7%, ao passo que todos os outros setores perderam participação (Gráfico 4). Nesse ramo, os sub-setores

agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura, indústria extrativa; e fabricação de produtos alimentícios bebidas e fumo foram os maiores exportadores, ampliando ainda mais as suas participações, entre 2000 e 2011, de 9,7 % para 13,8%, de 6,9% para 26,7% e de 14,3% para 18,5%, respectivamente.

Gráfico 4 -Brasil: evolução da participação nas exportações dos grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de *Commodities*; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Comtrade/ONU

No Brasil a ampliação das atividades baseadas em recursos naturais foi muito maior nas exportações do que no valor adicionado. Isso ocorreu devido à forte elevação dos preços das *commodities* que o Brasil exporta e ao maior crescimento do valor adicionado do setor de serviços em relação às atividades baseadas em recursos naturais.

4.3 Paraguai: crescimento econômico e expansão dos recursos naturais

Entre 2000 e 2002, o PIB da economia paraguaia decresceu 1,1% na média anual, o investimento caiu cerca de 3,0% e consumo das famílias ficou praticamente estável.

Esse tipo de período recessivo da economia do Paraguai, como afirma Massi & Dias (2013), faz parte da trajetória histórica da dinâmica econômica do país em virtude de sua elevada vulnerabilidade externa proveniente de seu modelo de crescimento pautado nas exportações de matérias-primas e no comércio de reexportação.

A partir de 2003, a economia paraguaia passou a vivenciar um ciclo de expansão do PIB (de 4,5% entre 2003 e 2011), do investimento (de 8,9% entre 2003 e 2011) e do consumo das famílias (de 5,8% entre 2003 e 2011) (Tabela 3). Essa dinâmica foi puxada, entre 2003 e 2011, pelo aumento das exportações primárias e da produção – expansão da agropecuária em 6,6% ao ano em média (Tabela 3) – e agroindustriais num contexto favorável internacional de elevação dos preços das *commodities*

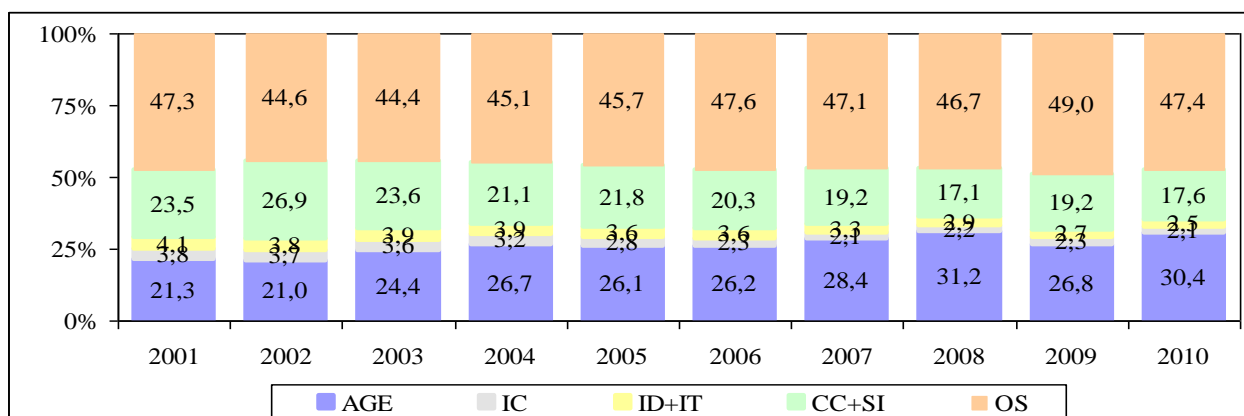
Tabela 3 - Paraguai: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2000-2011 (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	-2,3	-0,8	0,0	4,3	4,1	2,1	4,8	5,4	6,4	-4,0	13,1	4,4
Agropecuária	-7,0	11,6	4,2	8,0	3,9	-0,1	3,6	14,3	9,2	-17,3	34,2	3,7
Extrativismo Mineral	-5,2	-8,3	-9,1	15,6	2,7	7,8	-2,2	3,5	5,0	3,0	3,2	5,3
Indústria de Transformação	-2,2	-0,7	-1,4	0,7	3,3	2,7	2,5	-1,2	2,0	-0,8	6,3	-1,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1,9	1,9	1,1	4,6	3,6	2,8	8,5	5,9	3,5	4,8	5,1	8,7
Construção	-7,8	-1,4	-8,9	14,3	2,1	4,5	-3,5	7,2	11,0	2,0	13,0	1,5
Serviços	-1,6	-1,0	-0,6	1,8	4,7	4,3	5,8	5,3	4,8	2,2	9,0	5,9

Fonte: Cepal

A trajetória da economia paraguaia a partir de 2003 se reverteu em transformações significativas no valor adicionado dos 6 grandes ramos produtivos. Entre 2000 e 2010, o agronegócio e extrativismo foi o único setor que aumentou sua participação no valor adicionado (de 21,3% para 30,4%), ao passo que os outros setores perderam participação (a indústria de *commodities* caiu de 3,8% para 2,1%; a indústria tradicional e difusora encolheu de 4,1% para 2,5%; a construção e os serviços de infraestrutura decresceram de 23,5% para 17,6%); e ramo outros serviços se manteve estável (47,4%) (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Paraguai: evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



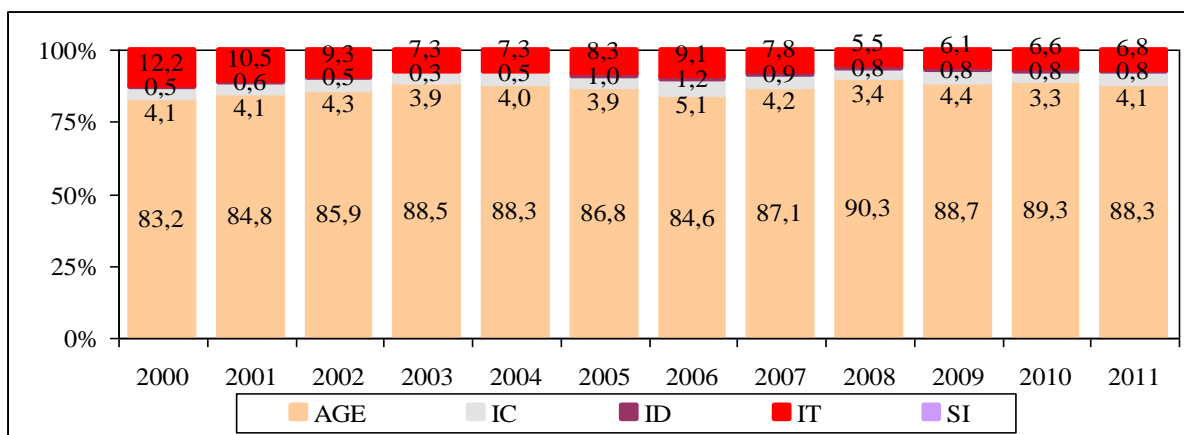
Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de *Commodities*; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DGEEC do Paraguai

Nos segmentos do setor do agronegócio e extrativismo, verificou-se que, entre 2000 e 2010, ocorreu uma forte expansão da participação da agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura que saltou de 69,3% para 74,2%, ao passo que a participação da produção de alimentícios, bebidas e fumo caiu de 26,6% para 23,6%.

A participação do valor adicionado das atividades baseadas em recursos naturais expandiu-se de forma significativa. Tendência também verificada para as exportações paraguaias por participação dos grandes setores, entre 2000 e 2011. Vejamos essa evolução: a) aumento de 83,2% para 88,3% na participação do agronegócio e extrativismo; b) estabilidade na participação da indústria de *commodities* (4,1%); e c) queda de 12,2% para 6,8% na participação na indústria tradicional (Gráfico 6). No ramo do agronegócio e do extrativismo, os sub-setores agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura; e fabricação de produtos alimentícios bebidas e fumo foram os maiores exportadores da economia paraguaia e ampliaram ainda mais as suas participações de 48,4% para 54,6% e de 26,5% para 32,5%, entre 2000 e 2011, respectivamente.

Gráfico 6 - Paraguai: evolução da participação nas exportações dos grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de *Commodities*; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Contrade/ONU

Em linhas gerais, verificou-se, a partir de 2003, uma significativa expansão das atividades baseadas em recursos naturais no Paraguai, especificamente as agropecuárias, impactando positivamente para o crescimento do PIB. Essa dinâmica foi impulsionada pelo positivo contexto externo (aumento da demanda e dos preços de matérias-primas fruto do efeito direto e indireto da ascensão da China) que impulsionou as exportações primárias, funcionando como importante componente da demanda agregada para a economia paraguaia.

4.4 Uruguai: expansão moderada do valor adicionado das atividades baseadas em recursos naturais com forte ampliação das exportações

Assim como nos outros países do Mercosul, o Uruguai atravessou um período de crise econômica nos três primeiros anos da década de 2000. Entre 2000 e 2003, o PIB recuou em 5,3%, o investimento declinou em 18,3% e o consumo das famílias caiu em 6,8% (Tabela 4). A recessão foi profunda e impactou negativamente sobre o emprego e as condições sociais.

A recuperação começou a se materializar em 2003 e a economia uruguaia passou a crescer anos após ano, mesmo durante a crise internacional de 2008. Entre 2003 e 2011, o PIB expandiu-se 6,2%, o investimento cresceu e o consumo das famílias incrementou-se em 6,8% (Tabela 4). Essa dinâmica foi puxada, internamente, pela expansão da indústria de transformação (que cresceu 6,4%) e, externamente, pela ampliação das exportações.

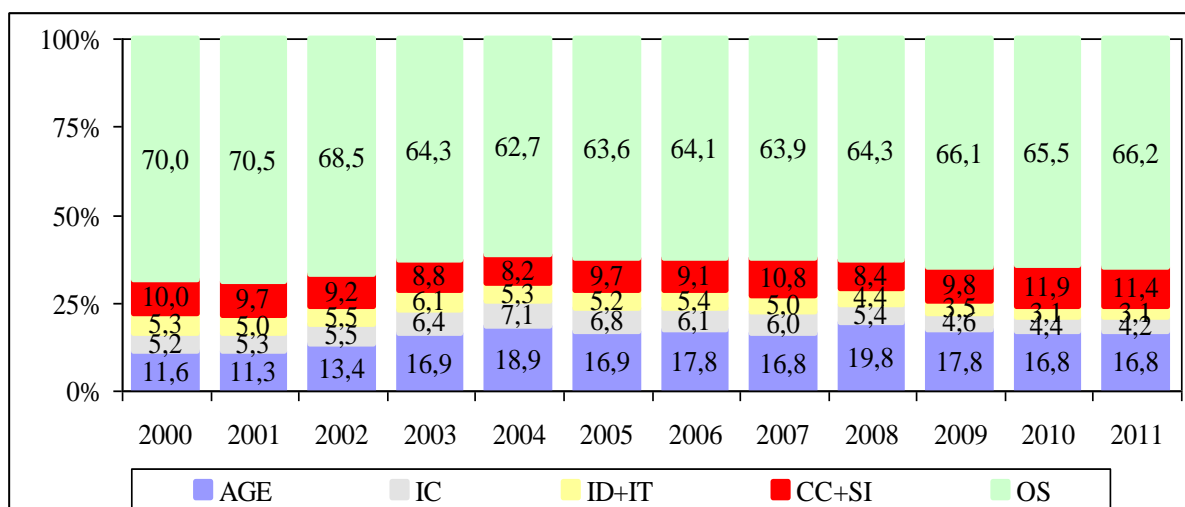
Tabela 4 - Uruguai: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2000-2011 (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	-1,4	-3,4	-11,0	2,2	11,8	6,6	4,1	6,5	7,2	2,4	8,9	5,7
Agropecuária	-3,02	-7,14	5,092	10,6	10,6	4,6	5,3	-10,2	2,1	1,6	0,5	4,4
Extrativismo Mineral	-8,8	-5,2	-37,6	14,1	7,2	4,4	19,0	6,3	1,7	0,3	2,1	7,3
Indústria de Transformação	-2,1	-7,6	-13,9	4,7	20,8	10,1	4,8	8,3	8,1	-3,7	3,6	1,2
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	5,0	1,7	-0,6	-7,4	1,8	5,8	-25,7	50,2	-51,1	15,6	88,0	-25,6
Construção	-11,1	-8,7	-22,0	-7,1	7,5	4,2	7,0	9,3	2,6	0,7	3,7	6,5

Fonte: Cepal

A dinâmica econômica uruguaia dos anos 2000, mais especificamente a partir de 2003, impactou sobre o valor adicionado dos 6 grandes ramos produtivos aqui adotados. Entre 2000 e 2011, o agronegócio e extrativismo e a construção e serviços em infraestrutura aumentaram suas participações de 11,6% para 16,8% e de 10% para 11,4% respectivamente, ao passo que os outros setores viram suas participações decrescerem (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Uruguai: evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de *Commodities*; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços

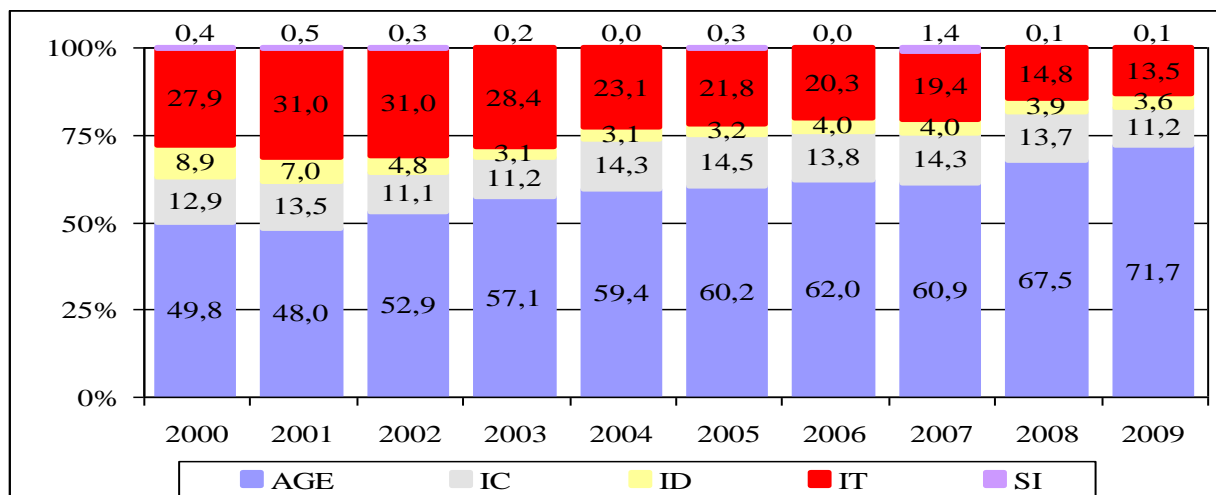
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE do Uruguai

Entre 2000 e 2011, observou-se a seguinte evolução da participação do valor adicionado dos sub-setores do ramo do agronegócio e extrativismo: i) crescimento de 55,2% para 56,2% na agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura; e ii) queda de 40,4% para 35,5% na produção de alimentícios, bebidas e fumo.

Em suma, verificou-se uma expansão moderada do valor adicionado das atividades baseadas em recursos naturais no Uruguai sem que isso significasse profundas alterações na estrutura produtiva do país.

No que tange à evolução das exportações uruguaias por participação dos grandes setores de atividade, observou-se, entre 2000 e 2009, um aumento significativo na participação das exportações baseadas em recursos naturais (de 49,8% para 71,7% no ramo do agronegócio e extrativismo - AGE), ao passo que todos os outros setores perderam participação, sobretudo as indústrias tradicional e difusora (Gráfico 8). Os principais sub-setores responsáveis pela forte expansão das exportações do AGE, entre 2000 e 2009, foram a agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura – que teve sua participação aumentada de 5,5% para 21,9% –; e a fabricação de produtos alimentícios bebidas e fumo – que ampliou sua participação de 43,7% para 47%.

Gráfico 8 - Uruguai: evolução da participação nas exportações dos grandes setores de atividade, 2000-2011 (valores correntes; %)



Setores: AGE – Agronegócio e extrativismo; IC – Indústria de *Commodities*; ID – Indústria Difusora; IT – Indústria Tradicional; CC – Construção Civil; SI – Serviços de Infraestrutura; OS – Outros Serviços

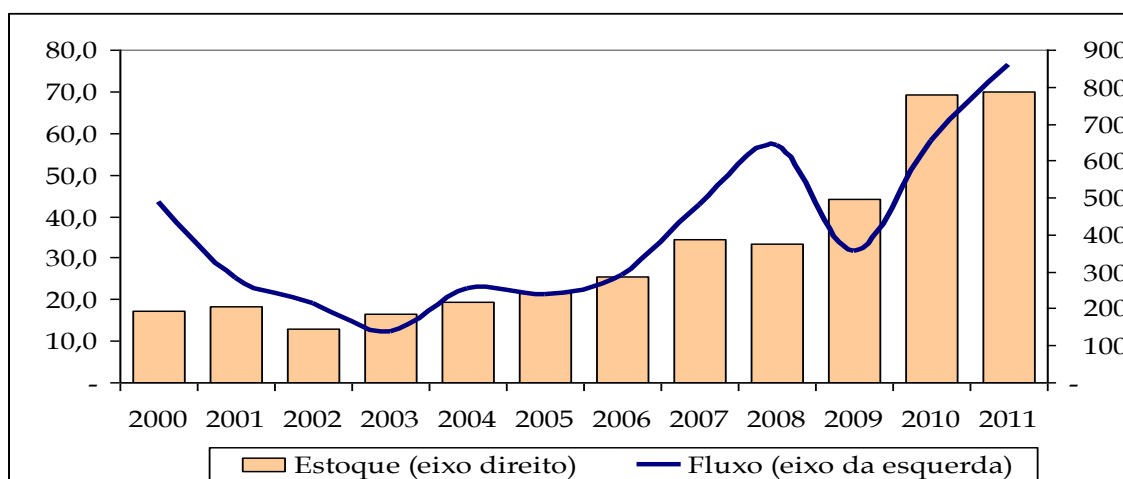
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Contrade/ONU

Em linhas gerais, pode-se afirmar que ampliação das atividades baseadas em recursos naturais no Uruguai foi maior nas exportações do que no valor adicionado. Isso ocorreu devido às políticas de demanda efetiva realizadas pelo governo uruguaio após a recessão de 2002, principalmente, pela dinâmica internacional positiva para as exportações.

5. A dinâmica recente do Investimento Estrangeiro Direto (IED) em recursos naturais no Mercosul: novo ciclo de expansão e o papel chinês

O fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) na América do Sul se expandiu de forma significativa e consistente entre 2003 e 2011 (com a exceção do ano de 2009 em virtude da crise internacional) passando do montante de US\$ 23 bilhões para US\$ 121 bilhões. Essa mesma tendência foi observada no mesmo período para os países do Mercosul em que o fluxo e o estoque de IED passaram de US\$ 18,9 bilhões para US\$ 76,4 bilhões e de US\$ 184 bilhões para US\$ 785 bilhões (Gráfico 9). Dinâmica observada nos quatro países da região, entre 2003 e 2011, em que o fluxo de IED elevou-se de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 7,2 bilhões na Argentina; de US\$ 10,1 bilhões para US\$ 66,7 bilhões no Brasil, de US\$ 0,025 bilhão para US\$ 0,3 bilhão no Paraguai; e de US\$ 0,4 bilhão para US\$ 2,2 bilhões no Uruguai.

Gráfico 9 – Mercosul: Investimento Estrangeiro Direto (Fluxo e Estoque) (US\$ bilhões), 2000-2011



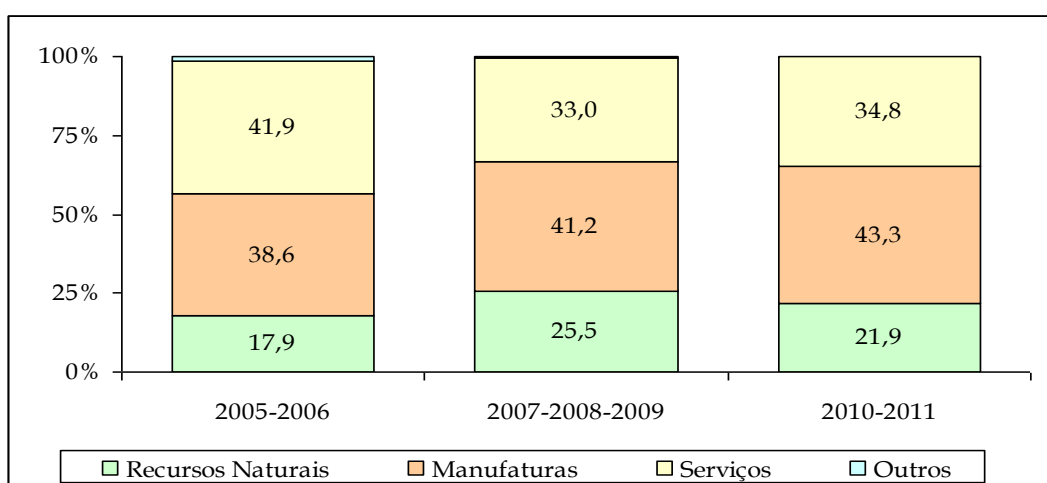
Fonte: UNCTAD

Do total de fluxos de IED em 2011 para a região, 9,5%, 87,3%, 0,4% e 2,9% foram destinados à Argentina, ao Brasil, ao Paraguai e ao Uruguai, respectivamente. Entre 2003 e 2011, a participação do IED total destinados aos países da região se elevou para

o Brasil (de 82,9% para 87,3%) e para o Paraguai (de 0,2% para 0,4%), ao passo que a participação diminuiu para a Argentina (de 13,5% para 9,5%) e para o Uruguai (de 3,4% para 2,9%), segundo UNCTAD.

Entre 2005-06 e 2010-11, a participação do IED para o Mercosul destinado ao setor de atividade de recursos naturais e de manufaturas cresceu 22% (de 17,9% para 21,9%) e 12% (de 38,6% para 43,3%), respectivamente, ao passo que caiu para o setor de serviços (de 41,9% para 34,8%) (Gráfico 10). O crescimento do IED em recurso naturais na região dirigiu-se basicamente a expansão para o Brasil (de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 12,3 bilhões) e para o Uruguai (de US\$ 0,3 bilhão para US\$ 0,4 bilhão), já que decresceu para a Argentina (de US\$ 2,4 bilhões para US\$ 2,3 bilhões) e para o Paraguai (de US\$ 0,019 bilhão para US\$ 0,003 bilhão).

Gráfico 10 – Mercosul: Participação do IED (Fluxo) por setor de destino, 2005-2011 (%; média anual para os sub-períodos)



Fonte: Cepal

Esse novo ciclo de expansão do IED no Mercosul, iniciado a partir de 2003, vinculado à expansão das atividades baseadas em recursos naturais, tem como novidade o papel desempenhado pela China que se tornou uma das principais origens do IED destinado aos países da região, especialmente Argentina e Brasil. Antes de avançarmos na análise

da dinâmica do IED chinês na região, faz-se necessário traçar considerações sobre a estratégia chinesa, no intuito de identificar elementos sinalizadores das tendências e prioridades da política desse país para os países do Mercosul.

5.1 Expansão do IED chinês no mundo: características e estratégias

O processo de internacionalização das empresas chinesas por meio do investimento direto externo (IED) mostrou os limites explicativos das teorias tradicionais de internacionalização. Berning & Holtbrugge (2012), Deng (2012) e Wei (2010), entre outros autores, afirmam que estudos e as teorias de internacionalização não são aplicáveis ao IED chinês e que para compreendê-lo é necessário perceber que a internacionalização das empresas da China por meio de seu caráter institucional/político sob comando do Estado e de suas estratégias nacionais de desenvolvimento e de sua inserção geopolítica.

Nesse sentido, o governo chinês adotou em 2001 o programa “*Going Global*” que tinha como objetivos (1) expandir os investimentos chineses no exterior por meio da descentralização e relaxamento das concessões de autorização para saída de capitais chinesas; (2) melhorar o nível e a qualidade dos projetos de investimento externo; (3) diminuir os controles de capital e a criar novos canais de financiamento externo por meio do seu banco de desenvolvimento (China Development Bank); e, por fim (4) articular a política de internacionalização das empresas com as políticas industriais associada, por exemplo, a tentativa de criar e promover globalmente as marcas das empresas chinesas (HOLLAND & BARBI, 2010; ACIOLY & PINTO & CINTRA, 2011).

Esses estímulos (financeiros, fiscais, apoio informacional, assistência técnica e outros serviços, criação de *comfort zones* e acordos internacionais) configurados pelo Estado chinês resultaram numa forte expansão, entre 2000 e 2011, do fluxo e do estoque de investimento direto chinês no exterior que saltaram, respectivamente, de US\$ 0,915 bilhão para US\$ 65,1 bilhões e de US\$ 27,8 bilhões para US\$ 365,9 bilhões. Esse resultado é ainda muito maior se incorporamos os dados de Hong Kong – que é um paraíso fiscal e que recebe parte importante de recursos da China continental que podem

voltar para o próprio continente (*round-tripping*) ou ir para diversos países do mundo – ao da China continental. Nesse caso, o estoque de IED chinês, entre 2000 e 2011, saltou de US\$ 416,1 bilhões para US\$ 1.411 bilhões. A participação do estoque de investimento direto chinês (sem Hong Kong) no mundial ainda é pequena, entanto, verifica-se uma rápida expansão, sobretudo, nos países em desenvolvimento produtores de matérias-primas.

A expansão do IED chinês para o mundo é claramente fruto de uma estratégia nacional deliberada que articula, ao mesmo tempo, o controle dos fornecedores de energia e alimento e a expansão em setores em que as empresas industriais chinesas tem se desenvolvido (automóveis, informática, telecomunicações etc.) (HOLLAND & BARBI, 2010; ACIOLY & PINTO & CINTRA, 2011). Em linhas gerais, Holland & Barbi (2010) identificam quatro fatores para a ampliação do IED chinês, mesmo quando ainda existe um forte potencial de expansão no seu mercado interno, a saber:

1. Garantir acesso as fontes de recursos naturais, bem como reduzir a volatilidade dos preços das *commodities*, que possibilitem manter taxas de crescimento do PIB entre 7% e 8% ao ano. Para tanto, o governo configurou uma política agressiva de investimentos externos do tipo *resource seeking* (orientado para recursos naturais) capitaneados pelas grandes empresas estatais. Com isso, o IED chinês voltou-se para as regiões produtoras de *commodities* (África, América Latina e Oceania);
2. Buscar maior competitividade para as firmas chinesas em virtude da entrada da China na OMC, já que isso provocou a elevação da concorrência internacional no mercado doméstico chinês;
3. Obter maior tecnologia por meio de aquisição de empresas estrangeiras, especialmente nos países que detêm maior base tecnológica (europeus e Estados Unidos);
4. Aumentar a influência política da China no mundo, sobretudo na Ásia, por meio da realização dos investimentos (e dos fluxos de comércio) chineses no exterior.

Em linhas gerais, a estratégia governamental chinesa de crescimento do produto articulada aos objetivos de política industrial e de sustentabilidade do balanço de pagamentos ditou o ritmo e a direção do IED chinês. Nesse sentido, na medida em que a restrição externa foi sendo aliviada por meio dos significativos superávits do balanço de pagamentos (proporcionando o acúmulo de reservas), a política de saída de investimento direto chinês foi sendo flexibilizada. Além do que a direção setorial foi condicionada pelas prioridades da estratégia de desenvolvimento implementada pelo Estado.

5.2 Principais características do investimento chinês no Mercosul: investimento direto, fusões e aquisições e empréstimos

O investimento chinês na região expandiu-se de forma expressiva na década de 2000, especialmente na segunda metade. Esse novo papel desempenhado pela China não fica circunscrito apenas ao IED, pois também abrange o processo de aquisições e fusões realizadas por empresas da China na região e a ampliação de empréstimos de bancos chineses (notadamente o China Development Bank) para firmas e governos da região. Vejamos agora a dinâmica dessas três dimensões (IED, aquisições e fusões e empréstimos) do investimento chinês no Mercosul.

A Tabela 5 evidencia a dinâmica dos fluxos de IED, de IED chinês e sua participação no total destinados aos países do Mercosul. Entre 2003-06 e 2001-11, os fluxos de IED cresceram 161% para o Mercosul (de US\$ 21.937 milhões para US\$ 57.169 milhões); 50% para a Argentina (de US\$ 4.695 milhões para US\$ 7.055 milhões); 171% para o Brasil (de US\$ 16.606 milhões para US\$ 45.058 milhões); 511% para o Paraguai (de US\$ 45,6 milhões para US\$ 278,7 milhões); e 233% para o Uruguai (de US\$ 632 milhões para US\$ 2.106 milhões). Em 2011, foram registrados os maiores volume das séries históricas de IED dos países do Mercosul (com a exceção do Uruguai). Os níveis de dispersões do IED no Mercosul no período 2003-06 foram maiores do que os verificados em 2007-2011, exceto para o caso Uruguai. Isso se deveu ao fato de que nos anos de 2008 e de 2010 ocorreu uma significativa elevação do IED, para o conjunto

de países, e uma abrupta queda em 2009 decorrente da crise internacional (Tabela 5). Em termos da participação setorial do IED verificou-se que um aumento das atividades vinculadas aos recursos naturais conforme apresentado anteriormente.

Tabela 5 - Mercosul: Fluxo de IED, de IED chinês e participação – 2003/2011 (US\$ milhões)

Ano/Região/País	Mercosul			Argentina			Brasil			Paraguai			Uruguai		
	Total	China	%	Total	China	%	Total	China	%	Total	China	%	Total	China	%
2003	12.239	8,2	0,07	1.652	1,0	0,06	10.144	6,7	0,07	27,4	0,0	0,0	416	0,6	0,13
2004	22.641	7,6	0,03	4.125	1,1	0,03	18.146	6,4	0,04	37,7	0,0	0,0	332	0,0	0,00
2005	21.232	15,4	0,07	5.265	0,4	0,01	15.066	15,1	0,10	53,5	0,0	0,0	847	0,0	0,00
2006	26.026	16,3	0,06	5.537	6,2	0,11	18.822	10,1	0,05	173,3	0,0	0,0	1.493	0,0	0,00
Média(03-06)	21.937	11,8	0,06	4.695	1,1	0,04	16.606	8,4	0,1	45,6	0,0	0,0	632	0,0	0,00
Desv. Padrão	5.885	4,6	0,02	1.771	2,7	0,05	3.954	4,0	0,0	67,7	0,0	0,0	531	0,3	0,07
2007	42.573	188,3	0,44	6.473	136,7	2,11	34.585	51,1	0,15	185,4	0,0	0,0	1.329	0,5	0,04
2008	57.168	38,0	0,07	9.726	10,8	0,11	45.058	22,4	0,05	278,7	4,8	1,7	2.106	0,0	0,00
2009	31.695	109,7	0,35	4.017	-22,8	-0,57	25.949	116,3	0,45	200,7	11,3	5,6	1.529	5,0	0,33
2010	58.197	554,1	0,95	7.055	27,2	0,39	48.506	487,5	1,00	346,9	39,1	11,3	2.289	0,4	0,02
2011	76.423	356,6	0,47	7.080	185,2	2,62	66.661	126,4	0,19	490,6	44,7	9,1	2.191	0,4	0,02
Média(07-11)	57.168	188,3	0,44	7.055	27,2	0,39	45.058	116,3	0,19	278,7	11,3	5,6	2.106	0,4	0,02
Desv. Padrão	16.996	207,5	0,32	2.033	88,9	1,36	15.406	187,8	0,39	124,5	20,5	4,8	430	2,1	0,14

Fonte: Cepal e MOFCOM

A taxa de expansão do IED chinês nos países do Mercosul foi ainda maior do que a observada para o IED total, entre 2003-06 e 2001-11. Assim como para o IED total, também se observou uma dispersão maior do IED chinês entre os anos de 2007-11 em relação ao período 2003-06 e 2010. Apesar desses expressivos crescimentos dos fluxos de IED chinês no Mercosul, a participação da China em 2011 ainda é muito baixa região (2,6% na Argentina; 0,19% no Brasil; 9,1% no Paraguai; e 0,02% no Uruguai) pelos dados oficiais (ver Tabela 5).

Cabe destacar que os dados do fluxo de IED chinês no Mercosul são fortemente subestimados em virtude das empresas chinesas enviarem os seu recursos para os países da região a partir de bases em outros países, tal como Hong Kong. No caso brasileiro,

por exemplo, muitas estimativas previram um IED chinês em 2010 da ordem de US\$ 14 bilhões, muito acima do valor de US\$ 487 milhões registrados.

As aquisições e fusões das empresas chinesas que operam no Mercosul totalizaram US\$ 30,8 bilhões no acumulado entre 2009 e junho de 2012 e passaram a ganhar maior vulto a partir de 2010. Em 2009, foram realizadas 2 operações no valor de US\$ 0,9 bilhão, ao passo que em 2010 as operações elevaram-se para 10 totalizando US\$ 19,7 bilhões. Apesar da queda do número de operações (6) e no valor em 2011 (US\$ 9,0 bilhões) no cotejo com 2010, os resultados de 2011 representaram um elevado volume. Estas aquisições e fusões ficaram concentradas, sobretudo, no setor de Energia (US\$ 22,8 bilhões; 74% do total acumulado entre 2009 e 2012), sendo que desse valor foi possível identificar que quase metade desse investimento foi direcionado ao sub-setor petróleo (US\$ 10,5 bilhões) e destinados, sobretudo, a exploração do pré-sal brasileiro. Os outros setores de atuação das empresas chinesas no Mercosul foram: US\$ 1,2 bilhão nas finanças; US\$ 2,1 bilhões na mineração e no aço; US\$ 2,9 bilhões na agricultura e US\$ 1,8 bilhão em outros setores (Quadro 2). Fica evidente a estratégia chinesa de garantir o acesso as fontes de recursos naturais e de tentar influenciar no preço dos setores baseados em recursos naturais.

Quadro 2 - Aquisições chinesas de empresas que operam no Mercosul – 2009 e 2010

Ano/mês	Empresa compradora	Valor (US\$ milhões)	País da América do Sul	Empresa-alvo	Setor	Subsetor
2009.nov	Wuhan Iron and Steel	400	Brasil	MMX Mineracao	Metal	Aço
2009.dez	CIC	500	Brasil	CVRD (Vale)	Metal	Ferro
2009	Total Mercosul	900	Mundo (sem Mercosul)		52.190	
2010.nar	CNOOC	3.100	Argentina	Bridas	Energia	
2010.jun	Shaanxi Chemical subsidiary	1.010	Argentina		Química	
2010.dez	Sinopec	2.470	Argentina	Occid. Petrol.	Energia	
2010.fev	Sany Heavy Industry	200	Brasil		Bens imóv.	Construção
2010.mar	East China Min. Explor. and Development Bureau	1.200	Brasil	Itaminas	Metal	Ferro
2010.mai	State Grid	990	Brasil	Plena Transmis.	Energia	
2010.mai	Sinochem	3.070	Brasil	Statoil	Energia	Petróleo
2010.ago	Chery	400	Brasil		Transport.	Autos
2010.out	Sinopec	7.100	Brasil	Repsol	Energia	Petróleo
2010.dez	CIC	200	Brasil	BTG Pactual	Finance	Investment
2010	Total Mercosul	19.740	Mundo (sem Mercosul)		45.310	
2009-2010	Total Mercosul	20.640	Mundo (sem Mercosul)		97.500	
2011.fev	CNOOC	330	Argentina	ExxonMobil	Energia	Petróleo
2011.jun	Heilongjiang B. Nongken	1.510	Argentina	Cresud	Agricultura	
2011.jun	ICBC	680	Argentina	Standard Bank	Finance	Banco
2011.nov	ICBC	100	Argentina	Standard Bank	Finance	Banco
2011.mar	Chongqing Grain	1.410	Brasil		Agricultura	
2011.abr	ZTE	200	Brasil		Technologia	Telecom
2011.nov	Sinopec	4.800	Brasil	Galp Energia	Energia	
2011	Total Mercosul	9.030	Mundo (sem Mercosul)		61.550	
2012.mai	State Grid	940	Brasil	ACS	Energia	
2012.mai	CCB	200	Brasil	WestLB	Finance	Banco
2012	Total Mercosul	1.140	Mundo (sem Mercosul)		27.780	
2011-2012	Total Mercosul	10.170	Mundo (sem Mercosul)		89.330	

Fonte: Heritage Foundation

Quanto ao aspecto espacial, as aquisições e fusões de maior valor monetário, entre 2009 e 2010, foram realizadas apenas na Argentina (US\$ 9,2 bilhões) e no Brasil (US\$ 21,6 bilhões). No Paraguai e no Uruguai não foram realizados esses tipos de aquisições e fusões por empresas chinesas.

Cabe observar ainda as investidas do capital chinês no Mercosul também estão ocorrendo na agricultura, mais especificamente na compra vastas propriedades rurais agricultáveis. Não há dados disponíveis sobre a atual extensão das propriedades rurais em mãos dos chineses. Esse avanço chinês na compra de minas, áreas de exploração de

petróleo e de terras para agropecuária vêm suscitando preocupações tanto nos setores empresariais quanto governamentais (ACIOLY & PINTO & CINTRA, 2011).

Desde 2005, a China passou a ser o maior prestador para países da América Latina, superando o Banco Mundial (BM) e o Banco de Desenvolvimento Interamericano de desenvolvimento (BID). A China tornou-se uma fonte adicional de financiamento para a região, notadamente para os países com dificuldades em acessar o mercado de crédito mundial. Os bancos de desenvolvimento chineses adotam, por um lado, condicionantes financeiros e políticos menos rigorosos do que os bancos ocidentais e, por outro, realizam exigências vinculadas às suas estratégias nacionais (GALLAGHER & IRWIN & KOLESKI, 2013).

O caso emblemático desse processo foi o empréstimo de US\$ 10 bilhões que o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) concedeu à Petrobras exigindo em contrapartida a assinatura de um contrato com a estatal chinesa Sinopec que garante o fornecimento por dez anos de 150 mil barris/dia no primeiro ano e de 200 mil barris/dia nos anos seguintes (ACIOLY & PINTO & CINTRA, 2011).

Os empréstimos concedidos pelos bancos chineses às empresas e aos governos no Mercosul totalizaram US\$ 23,8 bilhões destinados ao governo Argentina (US\$ 12,1 bilhões) e às empresas brasileiras (US\$ 11,7 bilhões). A maior parte desses empréstimos foi destinada ao investimento em infraestrutura (no caso argentino) e a exploração de petróleo no pré-sal brasileiro realizado pela Petrobras (Quadro 3).

Quadro 3 - Empréstimos concedidos pelos bancos chineses às empresas e aos governos no Mercosul

Data	País	Mutuário	Credor	Valor (US\$ milhões)	Propósito
2005	Brasil	Gerdau Acominas	ICBc e BNPP	201	Equipamentos para siderurgia
2009	Brasil	Telemar Norte/Oi	BDC	300	Ampliação da rede de telecomunicações
2009	Brasil	Petrobras	BDC	10.000	Plano de negócios Pré-Sal
2010	Argentina	Governo	BDC e outros	10.000	Sistema ferroviário entre Buenos Aires, Rosário e Córdoba
2010	Brasil	Vale comp.	BDC e EX-IM	1.230	Barcos para transporte de minério de ferro para a China
2012	Argentina	Governo	BDC e EX-IM	2.100	Metrô e rodovia entre Argentina e Bolívia

Fonte: Gallagher & Irwin & Koleski (2013)

Em suma, a evolução do investimento direto, das fusões e aquisições e dos empréstimos da China realizados no Mercosul evidenciou uma forte expansão do investimento, sobretudo nas atividades baseadas em recursos naturais. Os dados não deixam nenhuma dúvida a respeito da relação entre esses investimentos e a estratégia chinesa de garantir acesso às fontes de recursos naturais e de reduzir a volatilidade dos preços das *commodities* para possibilitar taxas de crescimento de sua economia sem que se configurem desequilíbrios macroeconômicos associados aos preços das matérias-primas.

6 Conclusões

Ao longo deste capítulo procurou-se analisar a dinâmica das atividades baseadas em recursos naturais nos países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) na primeira década do século XXI. Foi analisada a evolução do valor adicionado; das exportações; e do investimento estrangeiro. Os resultados mostram inequivocamente que ocorreu uma ampliação da participação dos recursos naturais nas atividades produtivas nos países do Mercosul, quer seja no valor adicionado ou nas exportações.

Na Argentina, o crescimento na adição de valor do setor intensivo em recursos naturais foi maior do que nas exportações em decorrência da recuperação do seu mercado interno que se tornou importante demandador desses produtos, especialmente os da indústria de alimentos e bebidas. No Brasil, a dinâmica da participação do setor foi maior nas exportações do que na adição de valor. Isso pode ser explicado, tanto pela forte elevação dos preços das *commodities* que o Brasil exporta, como pela recuperação do mercado interno a partir de 2006 que possibilitou a expansão de outros setores produtivos. No Paraguai ocorreu uma expressiva expansão tanto da participação do setor produtor de recursos naturais no valor adicionado, como nas exportações, com especial destaque para o ramo agropecuário. Esta dinâmica foi impulsionada pelo positivo contexto externo que gerou a ampliação das exportações primárias paraguaias, funcionando como importante componente da demanda agregada. No Uruguai, verificou-se um avanço maior na participação das exportações do que na de valor adicionado do setor intensivo em recursos naturais.

A ampliação do setor intensivo em recursos naturais nos países do Mercosul foi, em boa parte, uma decorrência das mudanças da economia mundial nos anos 2000 provenientes do “efeito China”. Transformações estas que trouxeram efeitos positivos para o conjunto dos países do Mercosul, especialmente no âmbito das contas externas, abrindo espaço para que os governos da região adotassem políticas de demanda sem gerar graves desequilíbrios externos e internos.

Esse novo contexto internacional da década de 2000 produziu uma maior conexão comercial e produtiva dos países do Mercosul com a China, implicando, inclusive, em uma significativa expansão do investimento (direto, aquisições e fusões e empréstimos) chinês na região, sobretudo na Argentina e no Brasil. A partir de 2003, a região

vivenciou um novo ciclo de expansão do investimento, atrelado à expansão das atividades baseadas em recursos naturais, tendo a China papel destacado.

É inegável hoje que as cadeias globais de valor baseadas em recursos naturais (em seu conjunto) têm capacidade de gerar desenvolvimento tecnológico, contudo ainda não é tão evidente que os países da região possam dinamizar suas economias a partir desse tipo de atividade. Os dados mostraram que os países da região aumentaram sua participação em setores primários – parte menos intensiva em tecnologia dessa cadeia global –, aos quais participam em posições inferiores das cadeias globais de recursos naturais, capturando baixo valor agregado localmente.

A questão que esta posta é se as cadeias globais de valor baseadas em recursos naturais são capazes de capitanear o desenvolvimento da região. E quando a China tiver realizado seu *catch-up*? Será que a tendência de preços altos dos recursos naturais sobreviverá? Estas questões persistem em aberto na atual conjuntura e precisam ser cada vez mais compreendidas para que possamos construir o longo prazo para as sociedades que compõem os países de nossa região.

Referências

- ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. (2011) China e Brasil: oportunidades e desafios. In: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Editora: Ipea.
- BARBOSA, A. (2011) China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L.. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Editora: Ipea.
- BERNING, S.; HOLTBRUGGE, D. (2012). Chinese outward foreign direct investment—a challenge for traditional internationalization theories? *Journal für Betriebswirtschaft*, 62(3-4), 169-224.
- BIELSCHOWSKY, R. (2000) Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v. 1. Rio de Janeiro: Record.
- BIELSCHOWSKY, R. (2012) Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade (edição especial)*, v. 21, p. 909-941
- BUGNA, C.; PORTA, F. (2008) El crecimiento reciente de la industria argentina. Nuevo régimen sin cambio estructural. *En Crisis, recuperación y nuevos dilemas. La economía argentina 2002-2007*, CEPAL.
- BUSATO, M. (2012) *Crescimento econômico e restrição externa: um modelo de simulação pós-keynesiano*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- CASTRO, A. B. (2011) As novas tendências pesadas que estão moldando a economia mundial In: CASTRO, A. C. & CASTRO, L. B. (Orgs.) *Antonio Barros de Castro: o inconformista - homenagem do Ipea ao Mestre*. Brasília: IPEA
- DENG, P. (2012) The internationalization of Chinese firms: a critical review and future research. *International Journal of Management Reviews*, vol. 14, eng (2012)
- FILGUEIRAS, L.; PINTO, E. (2009) Política econômica do governo Lula e os limites do crescimento. In: GOMES, F.; PINTO, E. (Org.). *(DES)ORDEM E*

- REGRESSO: o período de ajustamento neoliberal no Brasil, 1990-2000.* São Paulo: Mandacarú:Hucitec, p. 252-284.
- FIORI, J. L. (2006) Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas. *Projeto de Historia, (PUC-SP)*, nº 32, p. 55-77, jun. 2006
- FIORI, J. L. (2011) Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional. In: ACIOLY, L. & CINTRA, M. *Inserção internacional soberana: temas de política externa.* Ipea: Brasília, livro 3, voll.
- FURTADO, C. (1968) *Um Projeto para Brasil.* São Paulo: Editora Saga.
- FURTADO, C. (1986) *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GALLAGHER, K; IRWIN, A.; KOLESKI, K. (2013) ¿Un major trato? Análisis comparative de los préstamos chinos en América Latina. *Cuaderno de trabalho del CECHIMEX.* Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, nº 1
- HOLLAND, M.; BARBI, F. (2010) China na América Latina: uma análise da perspectiva dos investimentos diretos estrangeiros. In: Renato Baumann. (Org.). *O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política.* Brasília: CEPAL/IPEA.
- KALDOR, N. (1989) Recollections of an economist. In: Kaldor, N., *Further Essays on Economic Theory and Policy*, N. York: Holmes & Meier.
- KUPFER, D. & ROCHA, F. (2002) Structural Changes and Specialization in Brazilian Industry: The Evolution of Leading Companies and the M&A Process. *The Developing Economies*, Japão, v. 40, n. 4.
- KUPFER, D. (2001) *Transformações macroeconômicas e desempenho das empresas líderes brasileiras na década de 90* (Relatório de pesquisa).
- PEREZ, C. (2010) Dinamismo tecnológico e inclusión social en América Latina: una estrategia de desarrollo productivo basada em los recursos naturales. *Revista de la Cepal*, n. 100, abr.
- LEDERMAN, D.; MALONEY, W. (2008) In search of the missing resource curse. *Policy Research Working Paper Series*, nº 4766, The World Bank.

- LOPEZ,A. (2012) Los recursos naturales y el debate sobre la industrialización em América Latina. In: ALBRIEU, R.; LÓPEZ, A.; ROZENWURCEL, G. Los recursos naturales como palanca del desarrollo en América del sur:¿ ficción o realidad? RED MERCOSUR.
- MARIN, A.; NAVAS-ALEMAN, L.; PEREZ, C. (2009) *The possible dynamic role of natural resource-based networks in Latin American development strategies*. Prepared for the CEPAL-SEGIB Project. Disponível em: <www.carlotaperez.org>
- MAIS, F.; DIAS, F. (2013) Lineamientos para una estrategia de crecimiento econômico. Serie Notas de Política, nº 3, CADEP.
- MEDEIROS, C. (2006) A China como duplo pólo na economia mundial e a recentralização asiática. Revista de Economia Política, julho, 2006
- PINTO, E. (2010) *Bloco no poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PINTO, E. (2011) O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial. In: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L. (Org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Editora: Ipea, 2011.
- PINTO, E.; BALANCO, P. (2012) Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas. *Revista Olho da História*, nº 19, dez.
- PREBISCH, R. (2000a) O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v. 1. Rio de Janeiro: Record.
- PREBISCH, R. (2000b) Estudo econômico da América latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, v. 1. Rio de Janeiro: Record.
- RODRÍGUEZ, O. (2009) *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. (1997) Deindustrialization: causes and implications. *IMF (Working Paper)*, n. 97/42).
- ROWTHORN, R.; RAMASWANY, R. (1999) Growth, trade and deindustrialization. *IMF Staff Papers*, v. 46, n. 1.
- SACHS, J.; WARNER, A. (1995) Natural Resource Abundance and Economic Growth. *Cambridge: NBER (Working Paper)*, n. 5.398).
- SACHS, J.; WARNER, A. (1997) Natural Resource Abundance and Economic Growth. *Cambridge: NBER (Working Paper)*, n. 5.398).
- SQUEFF, G; PINTO, E.; YANNICK, K. (2012) *Concentração produtiva e baixo dinamismo da produtividade: mudanças na estrutura econômica brasileira na década de 2000*. Ipea/UFRJ: Brasília/Rio de Janeiro (mimeo)
- STURGEON, T. (2002) Modular production networks: a new American modelo f industrial organization. *Industrial and Corporate Change*, vol. 11, nº 3, pp.451-496.
- TEIXEIRA, R.; PINTO, E. (2012) A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade (edição especial)*, v. 21, p. 909-941.
- WEI, Z. (2010). The literature on chinese outward FDI. *Multinational Business Review*, vol. 18, p, 73-112.
- WHITTAKER, D. & ZHU, T. & STURGEON, T. & TSAI, M. & OKITA, T. (2008) *Compressed developmente*. Working Paper Serie, nº 08-005, IPC/MIT.